

Categories de diferenças: ocupação, “raça” e condição social no Brasil do século XIX¹

Categories of differences: occupation, “race” and social condition in 19th century Brazil.

Tarcísio R. Botelho*

Artigo recebido e aprovado em março de 2008

Resumo:

O propósito desse artigo é analisar a desigualdade social no Brasil do século XIX utilizando as listas nominativas de habitantes produzidas durante a década de 1830. Primeiramente apresento e utilizo o sistema de codificação de ocupações denominado HISCO. Em seguida, exponho e aplico a HISCLASS, uma proposta de análise de classes sociais a partir da declaração de ocupações, como uma metodologia de análise da desigualdade social em sociedades pré-industriais não-européias. Para sociedades coloniais e pré-coloniais, é necessário considerar outras dimensões da vida social para que se consiga construir um sistema adequado de mensuração do status social e da mobilidade social. Para o caso latino-americano, e em especial nas áreas coloniais portuguesas, considero sobretudo as categorias censitárias de raça/etnia e de condição social dos indivíduos (livres, libertos ou escravos) como elementos importantes para esse tipo de análise.

Palavras-chave:

Desigualdade Social; Mobilidade Social; Sociedades Pós-Coloniais; Categorias Censitárias; Brasil; Século XIX.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, Pesquisador 2 do CNPq.

1 Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada na 7th European Social Science History Conference, Lisboa, 26 de Fevereiro a 1 de Março de 2008. Gostaria de agradecer ao CNPq, à FAPEMIG e à PUC Minas pelo apoio à realização da pesquisa que originou esse trabalho.

Abstract:

The aim of this article is to analyze social inequality in 19th century Brazil, using nominative lists of inhabitants produced during the 1830 decade. First I use HISCO and HISCLASS as an initial approach to social inequality in a pre-industrial non-European society. Then, I introduce a discussion about the necessity of considering other dimensions of social life to be able to build an accurate system to measure social status and social mobility in colonial and post-colonial societies. I analyze race and social condition (slave, freed and free status) as important categories in Latin American and other Portuguese colonial areas.

Keywords:

Social Inequality; Social Mobility; Post-Colonial Societies; Census Categories; Occupation; Brazil; 19th Century

Introdução

A América Latina caracteriza-se por ser uma sociedade extremamente desigual. Essa foi a região do mundo que apresentou as mais elevadas e persistentes taxas de desigualdade de renda (medidas a partir do índice de Gini) ao longo da segunda metade do século XX (Justino, Litchfield e Whitehead, 2003, p. 8). Outras medidas de desigualdade social apontam para a mesma direção, tornando esse um tema central para os estudos latino-americanos.

As discussões sobre a desigualdade social e sobre a mobilidade social, entretanto, têm mobilizado muito mais sociólogos, economistas, demógrafos e geógrafos que os historiadores. Há uma firme tradição sociológica nessa área do conhecimento sobre a região, pautada sobretudo pelas discussões em torno da teoria da modernização. No caso específico do Brasil, foram observados inúmeros avanços teóricos e empíricos recentes.² Do ponto de vista da comparação entre os diversos países da América Latina, para além das análises agregadas comumente encontradas, deve-se destacar os trabalhos em torno das questões metropolitanas que têm chamado a atenção para as similari-

2 Exemplos de avanços empíricos nessa área são Hasenbalg e Silva (2003) e Scalon (2004). Do ponto de vista teórico, deve-se ressaltar os trabalhos de Souza (2000, 2003, 2006); para uma crítica a seus trabalhos, ver Feres Jr. (2006).

dades dos processos de reprodução da desigualdade social e sua expressão no espaço.³

Uma abordagem histórica da desigualdade social, todavia, ainda é pouco aprofundada. Sobretudo no Brasil, as questões étnicas e raciais ocupam boa parte da agenda de pesquisa da área. O objetivo desse paper é apresentar uma proposta de análise da estratificação social e da desigualdade social partindo de uma perspectiva que abre possibilidades de análises comparadas tanto no tempo quanto no espaço. Para tanto, o ponto de vista é o uso da codificação de ocupações denominada *Historical International Standard Classification of Occupation* (HISCO), que adapta para o passado a codificação de ocupações adotada pela Organização Internacional do Trabalho e utilizada em censos e estatísticas contemporâneas. A partir da HISCO, é possível gerar a classificação social denominada *HISCLASS*, a ser aplicada aos casos específicos aqui estudados, as províncias brasileiras de Minas Gerais e de São Paulo na década de 1830. Para tanto, situo inicialmente os estudos de estratificação e mobilidade social no Brasil, em seguida apresento a HISCO e a *HISCLASS* e, finalmente, exploro os dados empíricos escolhidos, procurando cruzar a tipologia de classe social com as variáveis condição social e raça.

1 Os estudos de estratificação social e de mobilidade social no Brasil

O estudo da estratificação social e das suas mudanças em decorrência dos processos de modernização da sociedade ocidental é marcante no desenvolvimento das ciências sociais, sobretudo da sociologia, enquanto disciplinas acadêmicas. As profundas transformações sofridas pelos países europeus ao longo do século XIX, em decorrência do aprofundamento da industrialização e do avanço das relações capitalistas de produção (Polanyi, 2000) imprimiram fortes impressões em parte dos segmentos sociais que passaram a eleger tais transformações como objeto de seus estudos. Para alguns autores, a incapacidade das disciplinas tradicionalmente voltadas para o estudo da sociedade (como a História) em responder às questões então colocadas pelas

3 A esse respeito, destaco os trabalhos do Observatório das Metrópoles, ligado ao IPPUR/UFRJ (<http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/index.htm>), que se articula com a Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio, além de outras experiências importantes de diálogo entre pesquisadores da região.

transformações sociais levou ao surgimento e à afirmação da sociologia. É nesse sentido que se afirma a tradição de estudos dessa área⁴.

A compreensão desses processos em uma perspectiva histórica, todavia, permanece pouco desenvolvida. Um olhar diacrônico sobre tais processos é invocado nos estudos sociológicos sob dois pontos de vista. Pode-se ver a história enquanto um pano de fundo sobre o qual se desenvolve a argumentação acerca das transformações sociais em foco, e nesse sentido trata-se de uma perspectiva de curta duração. Ou, alternativamente, busca-se um olhar de longo alcance, mas ele é predominantemente marcado por evidências empíricas relativamente escassas ou de natureza qualitativa.

Apenas recentemente, com o desenvolvimento de grandes bancos de dados acerca das populações do passado, tornou-se possível refletir sobre processos de longa duração em bases empíricas mais sólidas⁵. Ou, dito de outra forma, tornou-se possível utilizar, para períodos históricos mais longos, as ferramentas metodológicas desenvolvidas pela sociologia no estudo das sociedades contemporâneas. Portanto, coloca-se para historiadores e sociólogos contemporâneos o desafio de olhar sobre o passado para verificar se transformações observadas em conjunturas de curta duração seriam realmente inovadoras ou se não seriam apenas reflexos de modificações mais profundas que estariam se esboçando desde pelo menos o século XIX. Na construção desse olhar, a contribuição do historiador é fundamental para que não se caia em anacronismos, tentando ver no passado processos que não seriam a ele pertinentes.

Constatadas essas possibilidades de estudo abertas pelo avanço dos bancos de dados históricos, fica evidente a necessidade de se padronizar procedimentos e de se trabalhar em bases comparadas, tanto no

4 Dois importantes balanços das produções dessas áreas temáticas nas ciências sociais são: Guimarães (1999), Silva (1999).

5 O exemplo mais bem sucedido de banco de dados de grandes dimensões é o Integrated Public Use Microdata Series (IPUMS), sediado na Universidade de Minnesota (USA), que agrega bases com microdados de censos nacionais de todo o mundo; sobre o projeto e suas bases de dados, ver Hall, McCaa e Thorvaldsen (2000). Outros exemplos importantes são: o Demographic DataBase, Umea University (Suécia); PRDH e BALSAC, em Quebec (Canadá); o Historical Sample of the Netherlands, International Institute of Social History (Holanda), dentre outros. Pode-se ter uma visão geral desses grandes projetos em: <http://historicaldemography.net/questionnaires.php>.

tempo quanto no espaço. Abre-se, pois, um segundo desafio aos historiadores, sociólogos e demógrafos envolvidos com a construção de tais bases de dados: como fazê-las se comunicarem? Como extrair delas informações que sejam comparáveis entre si, respeitando as especificidades de cada momento? Como considerar as particularidades de cada realidade social, sobretudo aquelas marcadas por espaços nacionais distintos?

No caso específico dos estudos de estratificação e de mobilidade social, há uma tradição consolidada que ancoratipologias e estruturas de classe sobre as informações de ocupação encontradas em censos ou em pesquisas próprias.⁶ O desafio de transportar essa temática para perspectivas diacrônicas de longa duração envolve superar um duplo desafio. De um lado, é necessário obter-se uma padronização de informações sobre a ocupação dos indivíduos que se deseja investigar. Se nos censos atuais e nas pesquisas de caráter sociológico isso foi sendo paulatinamente superado pelas padronizações internacionais de ocupações, para as bases de dados históricas essa é uma tarefa ainda a ser enfrentada. Por outro lado, para que se evitem anacronismos, é necessário interrogar-se acerca da pertinência em ver apenas na declaração de ocupação a capacidade de descrever as posições sociais em realidades distintas no tempo e no espaço.

Para superar o problema da padronização, propõe-se inicialmente construir codificações de ocupações a partir de uma proposta única, já testada para a realidade europeia e para alguns países não-europeus. Trata-se da HISCO, desenvolvida por pesquisadores holandeses e ingleses, ligados ao International Institute of Social History (Amsterdã, Holanda), com base na International Standard Classification of Occupation (ISCO) de 1968 (Leeuwen, Maas e Miles, 2002). A ISCO68, por sua vez, foi elaborada com a finalidade de orientar a progressiva padronização das declarações de ocupação nos censos nacionais da segunda metade do século XX em diante. A HISCO, construída a partir de bases de dados históricos europeus, pretende orientar a construção de versões nacionais que sejam adequadas às especificidades de cada país, preservando a comparabilidade entre elas.

O segundo desafio, relativo à necessidade de estabelecer comparações de longa duração sem cair em anacronismos, será enfrentado pela inclusão, como teste, de outras variáveis que descrevem posições de classe social para realidades coloniais e pós-coloniais, notadamente as latino-americanas. Nesse sentido, pretende-se testar o efeito da in-

6 Para o Brasil, podemos citar Pastore (1981), Singer (1981), Hasenbalg e Silva (1988).

clusão de variáveis como condição social e origem étnica/raça buscando verificar a pertinência do seu uso e a sensibilidade quanto aos seus efeitos descritivos sobre a realidade social.

2 Padronização das informações de ocupação através da HISCO

A HISCO é um sistema de classificação ocupacional que permite comparações em termos internacionais e em termos históricos. Além disso, ela permite conexões com os sistemas classificatórios atualmente utilizados pelas agências governamentais de produção de estatísticas nacionais. Portanto, o propósito da HISCO é criar um sistema de classificação de ocupações que é ao mesmo tempo internacional e histórico. E, além disso, conecta-se simultaneamente com as classificações já utilizadas para o tempo presente. O ponto de partida foi a ISCO (International Standard Classification of Occupation), sistema desenvolvido pela International Labour Organization (ILO). A ILO produziu três versões da ISCO: em 1958, em 1968 e em 1988. Por diversas razões, decidiu-se basear a HISCO na versão de 1968 (ISCO68). Essa versão contém um número maior de ocupações que a de 1958, e por outro lado ainda inclui muitas daquelas de caráter histórico, que desapareceram na versão de 1988. A existência, em muitas línguas, de versões oficiais e não-oficiais do manual de 1968 facilitou ainda mais a tarefa. Além disso, a ISCO68 já tinha um certo caminho percorrido em termos de aplicação histórica. Uma versão aperfeiçoada da ISCO68 foi produzida por Treiman (1976 e 1977), a qual tem provado sua utilidade na codificação de ocupações históricas.

Na ISCO68, 1506 diferentes categorias ocupacionais foram discriminadas e descritas. Tais categorias agrupam os 6000 nomes de ocupações contidos no manual da ISCO68. Para cada uma das 1506 categorias, foram dados códigos únicos de 5 dígitos, possibilitando a fácil agregação das categorias vizinhas. Os primeiros três dígitos se referem aos “grupos unitários” - que são em número de 284. Os primeiros dois dígitos referem-se aos “grupos secundários” - em número de 83 - e o primeiro dígito refere-se aos “grupos principais”, em número de 8.⁷ Os grupos principais são apresentados no Quadro 1.

7 Na Codificação Brasileira de Ocupações em vigor, formulada em 2002 mas parcialmente aplicada ao Censo 2000, a terminologia usada é Grande Grupo, Sub-Grupo Principal e Sub-Grupo; ver: CONCLA (Comissão Nacional de Classificação - <http://www.ibge>).

Quadro 1: HISCO, Grupos Principais.

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO |
|--------|---|
| 0/1 | <i>Profissionais e técnicos especializados e outros trabalhadores relacionados</i> |
| 2 | <i>Administradores e profissionais de gerência</i> |
| 3 | <i>Trabalhadores de serviços administrativos</i> |
| 4 | <i>Vendedores</i> |
| 5 | <i>Trabalhadores dos serviços</i> |
| 6 | <i>Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca</i> |
| 7/8/9 | <i>Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros</i> |

Fonte: Leeuwen, Maas e Miles (2002).

O princípio de fusão dos 8 grupos principais aproxima-se aos setores econômicos, como os comumente encontrados nas classificações da força de trabalho nos censos contemporâneos. Para exemplificar, os códigos 6-xx.xx referem-se ao setor primário da economia, com os códigos 6-2x.xx identificando os vários tipos de trabalhadores em agricultura e criação de animais. Esse último grupo inclui, entre outros, o código 6-22.xx para trabalhadores em fazendas de produção agrícola. Esses, por sua vez, podem se relacionar com diversas categorias ocupacionais mais específicas: trabalhadores agrícolas em geral (6-22.10), trabalhadores em fazendas de produção de vegetais e hortaliças (6-22.20), trabalhadores em fazendas de trigo (6-22.30), trabalhadores em fazendas de algodão (6-22.40), trabalhadores em fazendas de arroz (6-22.50) e trabalhadores em fazendas de cana-de-açúcar (6-22.60).

O nível de acurácia com a codificação através da ISCO (com a descrição de cada atividade ocupacional dada por um código único) ocorre, como o exemplo acima demonstra, em um nível muito detalhado. Invariavelmente, alguma informação é perdida quando se constrói uma codificação, mas isso acontece exatamente pela natureza da tarefa do processo de codificação: reduzir os dados para produzir ordem e contextualização dentro de uma realidade que é desconcertante.⁸

gov.br/concla/). Há um interessante relato do trabalho de revisão das descrições de ocupações para a CBO em: Nozoe, Bianchi e Rondet (2003).

⁸ A descrição dos passos para a criação da HISCO encontra-se em Leeuwen, Maas e Miles (2002, p. 9-32). Para os interessados em utilizá-

De maneira geral, os procedimentos de codificação são os seguintes:

1. O primeiro aspecto a ser considerado é: em que medida um nome ou descrição de ocupação de um documento em particular realmente contém informações sobre uma atividade ocupacional. Se esse não é o caso, utiliza-se o código -1 e -2, e as informações adicionais porventura existentes são codificadas nas variáveis PRODUCT, STATUS e RELATION. A escolha entre os códigos -1 e -2 depende da proporção em que a declaração de ocupação especifica que a pessoa não tem nenhum trabalho. Se essa declaração é feita - por exemplo, “sem ocupação” - dá-se o código -2. O código -1 é usado sempre que não há nenhuma informação ou a informação existente não se relaciona diretamente com uma atividade ocupacional. Incluem-se nesse caso termos como “pobre”, “estudante”, “vagabundo”, “aposentado”, “vive de rendas” e outras.
2. Se a entrada relativa à ocupação contém informações sobre uma atividade ocupacional, o código HISCO apropriado deve ser escolhido no índice de códigos já disponível. As informações adicionais por acaso existentes são codificadas nas variáveis PRODUCT, STATUS e RELATION. Se o nome da ocupação descrevetanto uma atividade de produção quanto de comercialização, a atividade de produção é codificada.
3. Se a informação relativa à atividade ocupacional é tão vaga que existe uma grande quantidade de opções de códigos para ela, então é dado o código 9-99.99.
4. Às vezes um nome de ocupação se refere a duas atividades aparentemente distintas. Um usuário da HISCO tem a liberdade de lidar com tais casos do modo que achar mais conveniente. Uma maneira pode ser codificar apenas a primeira ocupação, ou então codificar a ocupação que lhe parecer mais importante.
5. Em alguns momentos, dois ou mais códigos no manual podem ser aplicáveis a um certo nome de ocupação. Nesse caso, o responsável pela codificação deve usar o seu conhecimento do passado e do lugar específico de estudo para escolher o mais apropriado.

Na maioria dos casos, um usuário com um nome de ocupação

checa o índice e encontra o código HISCO correto. Em alguns casos ligeiramente mais complexos, o usuário encontra dois ou mais códigos e deve escolher entre um deles. Alternativamente, o usuário avalia que não apenas a atividade pode ser diretamente codificada com a HISCO, mas que há informações adicionais que precisam ser preservadas nas variáveis STATUS, RELATION e PRODUCT.

3 A adaptação da HISO à realidade histórica da América Latina

Para a América Latina, os trabalhos historiográficos que utilizaram as informações sobre ocupações sempre encontraram, até hoje, os mesmos desafios postos pelos estudos internacionais: como agregar o enorme universo de ocupações encontradas na documentação de caráter censitário e pré-censitário em um esquema lógico, útil e comparável.⁹ Alguns problemas comuns detectados pelos pesquisadores foram: como adaptar os sistemas de classificação disponíveis contemporaneamente a uma realidade muito diferente, marcada por ocupações de caráter pré- ou proto-industriais; como solucionar os problemas com as duplas, triplas ou mais ocupações; como preservar informações sobre o status social ou sobre as relações sociais que muitas vezes acompanham e explicam as ocupações. Nesse sentido, a HISCO parece garantir a menor perda de acurácia nas informações ao mesmo tempo em que permite ganhos em termos de comparabilidade no tempo e entre países.

Para a construção de uma codificação de ocupações para os países sul-americanos aplicável às informações contidas nos nossos documentos históricos, partiu-se dos bancos de dados das províncias de Minas Gerais e de São Paulo da década de 1830.¹⁰ Com vistas a permitir a comparabilidade entre países diferentes, seguindo a orientação geral da construção de códigos de ocupação, foram feitas as traduções das ocupações para o inglês. Também foram preservadas as informações sobre sexo e sobre a condição social das pessoas que declararam tais ocupações conforme elas eram desempenhadas por um livre ou um escravo, por um homem ou uma mulher.

⁹ Para o caso brasileiro, alguns dos principais trabalhos nessa linha foram: Nozoe e Costa (1987), Godoy (1994, 1996), Paiva (1996).

¹⁰ Um primeiro teste desses procedimentos foi realizado com o banco de dados de São Paulo em 1836; os resultados parciais foram apresentados em Botelho, Leeuwen, Maas e Miles (2006). Essas bases de dados são apresentadas com mais detalhes adiante.

A introdução dos códigos HISCO e a tradução das ocupações para o inglês puderam ser realizadas em uma primeira etapa a partir da codificação disponível para Portugal e Espanha.¹¹ Em seguida, muitas das divergências de interpretação foram cheçadas e, muitas vezes, os casos envolvidos receberam outro código HISCO e/ou outra tradução para o inglês. Finalmente, foram agregadas as denominações idênticas, que ainda permaneciam duplicadas por se referirem a sexos diferentes e a casos de dupla, tripla ou mais ocupações. No caso da referência ao sexo, substituiu-se pelos códigos padronizados do projeto (M para homens, F para mulheres e MF para ambos os sexos). No caso das múltiplas ocupações, foi seguido o princípio exposto acima de codificar apenas a primeira ocupação declarada. E nos casos de atividades que podiam envolver tanto a produção quanto a comercialização, codificou-se a atividade de produção. Em ambos os aspectos, deve-se ressaltar que isso não impediu que se codificassem os casos de dupla ocupação quando da utilização das HISCO na construção de bancos de dados históricos latino-americanos. Ou seja, estamos nos referindo aqui ao processo de construção de uma listagem codificada de ocupações, que se diferencia da construção de bancos de dados a partir da documentação disponível. Nesse último caso, apresentamos a seguir a solução proposta pelos pesquisadores portugueses e que foi adotada para o nosso caso.

A HISCO apresenta soluções bastante simples para os problemas de dupla ou mais ocupações e de declarações de ocupação que permitem dupla interpretação. Para os casos de dupla ou mais ocupações, codifica-se a que aparece em primeiro lugar. Para os casos em que a ocupação pode abranger tanto a produção quanto a comercialização, privilegia-se a referência à produção. E nos casos em que pode haver uma dupla interpretação do significado da ocupação em relação aos códigos HISCO disponíveis, o pesquisador deve usar seus conhecimentos da realidade por ele pesquisada para optar por uma, e apenas uma, das interpretações possíveis.

Embora esses princípios sejam interessantes para estabelecer um norte para o trabalho de codificação, eles obviamente envolvem tomar atitudes que podem deixar insatisfeitos muitos pesquisadores. Para o

11 Essa codificação encontra-se disponível na internet (<http://www.historyofwork.nl>) e em Madureira, Almeida e Esperança (2001). Em Madureira (2001), há comentários interessantes sobre a construção do banco de dados que ajudam a compreender os desafios de se criar tal tipo de codificação para o mundo lusitano, e que também são úteis para o caso brasileiro.

caso brasileiro, um primeiro problema diz respeito à dupla informação em que a primeira declaração não se refere a uma ocupação, mas a segunda sim (“vive de sua agência e negócio”, “agregado e lavrador” e outras). Nesses casos, adotamos o princípio de que fosse codificada a segunda declaração de ocupação.

Para tentar incorporar as demandas pela preservação das declarações de dupla ocupação ou de imprecisão quanto ao significado da ocupação no momento de utilizar a HISCO no tratamento da documentação histórica, os pesquisadores portugueses que construíram a PACO (Projeto para Análise e Classificação de Ocupações) sugeriram a criação de alguns campos e códigos alternativos que mostraram-se bastante úteis também para as fontes históricas brasileiras. Assim, após as variáveis STATUS, RELATION e PRODUCT, inserem-se as variáveis CONTEXTO e COMNUM. A variável CONTEXTO serve para inserir outros códigos HISCO que podem ser associados à declaração de ocupação encontrada no documento que se está codificando. A codificação sugerida é a seguinte:

1. Quando uma ocupação refere-se tanto à esfera da produção quanto da comercialização, o princípio de codificação da HISCO implica em dar preferência ao código associado à produção. Nesses casos, pode-se indicar na variável CONTEXTO o segundo código HISCO que descreve a atividade de comercialização e indica-se o código 1 na variável COMNUM.
2. Quando uma designação de ocupação referir-se a mais de uma ocupação prevista na codificação HISCO, a designação mais provável dentro do contexto histórico é codificada como variável HISCO principal, as demais são codificadas na variável CONTEXTO e indica-se o código 2 na variável COMNUM.
3. No caso de dupla ocupação, insere-se as demais ocupações como variável CONTEXTO e indica-se o código 3 na variável COMNUM para indicar que trata-se de um caso de dupla ocupação.
4. No caso de ocupações polimórficas, ou seja, uma determinada ocupação que implica no desempenho de funções que se enquadram em mais de um código HISCO, insere-se os códigos que descrevem as demais funções na variável CONTEXTO e indica-se o código 4 na variável COMNUM.

Para visualizar melhor essa codificação alternativa, inserimos a seguir os exemplos adotados para o caso português (Quadro 2).

Quadro 2: Codificação de categorias ocupacionais.

| CATEGORIAS | HISCO | STATUS | RELATION | PRODUCT | CONTEXTO | COMMON |
|-----------------------|-------|--------|----------|---------|----------------|--------|
| Tapeleiros/apateiro | 51030 | | | | 51030 80110 | 3 |
| Da patrancel | 14990 | | | | 14190 30000 | 2 |
| Drugista | 41030 | | | | | 1 |
| Albegão | 81925 | | | | 22520 | 4 |
| | | | | | 62210 | |
| | | | | | 62890 | |
| Carpanteiro de carcos | 81925 | | | | | 1 |

Fonte: Mahreira (2001, p. 89).

Outras questões adicionais devem ser debatidas para o caso brasileiro. A primeira delas diz respeito às ocupações militares. Embora muitos indivíduos declarem como ocupação um cargo militar, sabemos que na maior parte dos casos trata-se de títulos honoríficos

da guarda nacional e das companhias de ordenanças. Esses indivíduos, portanto, não são propriamente militares, e a declaração de um posto militar decorre muito mais do status associado a ele do que do desempenho de funções dentro de uma carreira militar. Esses casos são difíceis de serem resolvidos sem que se analise o contexto de cada declaração de ocupação. Na construção da HISCO brasileira, optamos por fazer uma dupla inclusão das referências a cargos militares: em primeiro lugar, todos são codificados como -1, já que não se trata de ocupação propriamente dita; em segundo lugar, quase todas as referências a carreiras militares são codificadas com a HISCO adequada (sobretudo 5-83.xx, “Military”). Caberá ao pesquisador, frente a suas fontes históricas, fazer a opção que julgar mais adequada.

As ocupações relativas aos proprietários agrícolas merecem um comentário à parte, sobretudo porque formam a imensa maioria das ocupações declaradas nas fontes históricas. Assim, para fugir da tendência ao registro com o código HISCO para “Fazendeiro em geral” (6-11.10), sugerimos que se considere informações adicionais agregadas à declaração da ocupação. Desse modo, um “Agregado lavrador” pode ser codificado como um “Pequeno produtor agrícola de subsistência” (6-11.15). Deve-se ressaltar que o princípio geral da codificação deve ser mantido, ou seja, observar-se a declaração da ocupação.

Outra peculiaridade ao caso brasileiro refere-se ao aluguel de escravos. O código que mais se aproxima desse caso é o 4-10.40 (“Working proprietor - Hiring out”), que descreve um proprietário que vive do aluguel de serviços e veículos. Para evitar a criação de novos códigos, optamos por essa solução, embora, obviamente, se possa repensá-la.

Com a observação desse conjunto de princípios, foi possível obter um avanço significativo em termos de padronização de bancos de dados. Seu impacto é evidente sobre as possibilidades de construção de investigações históricas comparadas. Destaco a seguir uma possibilidade importante que é o uso das declarações de ocupação como base para a construção de modelos de classes sociais.

4 HISCLASS: uma proposta de classificação social

Embora o tema da estratificação social e da divisão da sociedade em classes sociais seja bastante difundido nas ciências sociais desde as suas origens, apenas após a Segunda Guerra Mundial começaram a ser desenvolvidas estratégias metodológicas que traduzissem essas no-

ções em evidências empíricas testáveis. Seguindo as tradições abertas por Marx e por Weber, diversos pesquisadores formularam esquemas classificatórios, baseados, sobretudo, nas declarações de ocupações.¹² A partir dessas proposições analíticas desenvolvidas na literatura sociológica, tornou-se possível elaborar adaptações históricas seguindo alguns princípios orientados por escolhas analíticas específicas. Apresento a seguir uma dessas opções de classificação social denominada HISCLASS e que será adotada nessa pesquisa.

Pode-se dizer que uma classe social é um conjunto de pessoas com as mesmas oportunidades de vida. (Maas, Leeuwen, 2005, p. 280-284). Assumi-se como ponto de partida que as principais dimensões definidoras das classes sociais são: a divisão entre os níveis manuais e não-manuais das habilidades ocupacionais; o grau em que alguns supervisionam o trabalho de outros; e o setor econômico. Desse modo, o esquema de classes a ser apresentado adiante procura conformar-se à maneira como os historiadores têm, em geral, visto as sociedades em perspectivas históricas. No Quadro 3, estão especificadas como as 12 categorias da HISCLASS foram derivadas a partir das principais dimensões de classe.

A fim de evitar frequências de casos muito pequenas em algumas classes, e como consequência uma alta volatilidade devido a fatores aleatórios, os estudos empíricos que já utilizaram a HISCLASS¹³ condensaram-na em sete classes:

- * 1 + 2: profissionais e administradores de alto nível;
- * 3 + 4 + 5: profissionais e administradores de baixo nível, gerentes e vendedores;
- * 6 + 7: supervisores e trabalhadores especializados;
- * 8: fazendeiros e pescadores;
- * 9: trabalhadores de baixa especialização;
- * 11: trabalhadores não-especializados;
- * 10 + 12: trabalhadores agrícolas de baixa especialização e não-especializados.

12 Para uma discussão sobre esta temática, ver Scalon (1999) e Figueiredo Santos (2002).

13 Dentre outros, pode-se citar Holt (2005), Bull (2005), Schumacher e Lorenzetti (2005), Arrizabalaga (2005), Dribe e Lundh (2005), Van de Putte, Oris, Neven e Mathijs (2005), Brás e Kok (2005).

Quadro 3: Dimensões de Classe Social na HISCLASS.

| Manual / Não-Manual | Qualificação | Supervisão | Sector | Título da Classe | Número | | | |
|---------------------|----------------------|---------------------|----------------|---|--------|----------------|--------------|---|
| Não-Manual | Alta Especialização | Sim | Outro Primário | Administradores de alto nível | 1 | | | |
| | | Não | Outro Primário | Profissionais de alto nível | 2 | | | |
| | Média Especialização | Sim | Outro Primário | Administradores de baixo nível | 3 | | | |
| | | Não | Outro Primário | Profissionais de baixo nível, gerentes e vendedores | 4 | | | |
| | Baixa Especialização | Sim | Outro Primário | Gerentes e vendedores de baixo nível | 5 | | | |
| | | Não | Outro Primário | | | | | |
| | Sem Especialização | Sim | Outro Primário | | | | | |
| | | Não | Outro Primário | | | | | |
| | Manual | Alta Especialização | Sim | | | Outro Primário | Supervisores | 6 |
| | | | Não | | | Outro Primário | | |
| | Média Especialização | Sim | Outro Primário | | | | | |
| | | Não | Outro | Trabalhadores de média qualificação | 7 | | | |
| | | | Primário | Fazendeiros e pescadores | 8 | | | |
| | Baixa Especialização | Sim | Outro Primário | Trabalhadores de baixa qualificação | 9 | | | |
| | | Não | Outro Primário | | | | | |
| | | | | Trabalhadores agrícolas de baixa qualificação | 10 | | | |
| | Sem Especialização | Sim | Outro Primário | Trabalhadores sem qualificação | 11 | | | |
| | | Não | Outro Primário | | | | | |
| | | | | Trabalhadores agrícolas sem qualificação | 12 | | | |

Fonte: Maas e Leeuwen (2005: 281).

Categories de diferenças: ocupação, "raça" e condição social no Brazil do século XIX

Esse seria um primeiro aspecto na busca por uma definição de classes sociais empiricamente testável: especificar a principais dimensões de uma classe social. Tarefa diferente é alocar, de maneira sistemática, as ocupações em suas classes apropriadas. Essa tarefa encontra-se facilitada pela elaboração da HISCO, que reduz o mundo do trabalho a cerca de 1600 categorias básicas (e algumas variáveis auxiliares). Para alocar os códigos da HISCO no esquema de classes sociais, Maas e Leeuwen (2005) processaram as informações contidas no *Dictionary of Occupational Titles* (DOT), elaborado pelo United States Employment Service. Utilizou-se a terceira edição do DOT, datada de 1965. Embora haja o risco evidente de anacronismos quando se resolve adotar uma obra dedicada à segunda metade do século XX para caracterizar sociedades histórica, trabalhos anteriores que a utilizaram com o mesmo propósito demonstraram a sua eficácia (Bouchard, 1996).

Para gerar a HISCLASS a partir da HISCO e do DOT, primeiramente cada uma das 1600 categorias presentes na HISCO foi distribuída entre as 10.000 categorias do DOT. Essa distribuição foi feita a partir da comparação das descrições das tarefas e atributos de cada uma das unidades da HISCO com as do DOT. Feita a distribuição, utilizou-se as informações numéricas dadas pelo DOT para dimensionar as categorias da HISCLASS.¹⁴ Após completar tal operação, ela foi submetida ao escrutínio de um conjunto de historiadores, que realizaram a classificação das categorias ocupacionais da HISCO dentro das 12 classes definidas na HISCLASS. Sempre que a maioria desses historiadores discordou da proposta original, foi feita a reavaliação dos critérios de classificação. Dessa forma, a HISCLASS, embora possa apresentar limitações e aspectos criticáveis, encerra a vantagem de ter sido largamente testada por historiadores e em diálogo com fontes históricas. É essa classificação que se pretende testar como um primeiro nível analítico para a compreensão da desigualdade social no Brasil em uma perspectiva comparada.¹⁵

5 As listas nominativas de habitantes da década de 1830

As listas nominativas de habitantes serão as fontes empíricas a serem trabalhadas a seguir. Elas são uma das principais fontes de

14 Os procedimentos adotados para a construção da HISCLASS encontram-se descritos de forma detalhada em Leeuwen e Maas (2004).

15 Deve-se destacar que está disponível na página web da HISCO uma ferramenta para agregação dos códigos das ocupações nas categorias HISCLASS.

dados demográficos para o chamado período proto-estatístico ou pré-censitário. Nelas são arrolados nominalmente todos os habitantes de uma dada circunscrição administrativa (distrito, paróquia etc.). As informações contidas nestes documentos são variáveis, mas em geral eles permitem levantar, dentre outros, dados quanto ao sexo, idade, profissão e distribuição por domicílio da população em foco. A riqueza e a quantidade deste material produzido para alguns países permitiram o desenvolvimento de técnicas especiais de análise demográfica em perspectiva histórica. A mais difundida é aquela criada na Inglaterra pelo Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, baseada na análise da composição de domicílios (Laslett, 1974). Mas o próprio Louis Henry, criador da técnica de reconstituição de famílias baseada no registro paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, que revolucionou o estudo das populações do passado, adaptou seu trabalho para permitir o uso das abundantes listas nominativas disponíveis para a capitania e província de São Paulo de meados do século XVIII a meados do século XIX (Henry, 1988). No Brasil, muitos trabalhos em demografia histórica tomam estas fontes como pedra fundamental, seja utilizando as técnicas de análise de domicílios, seja fazendo reconstituições de famílias (Marcílio, 1986; Bacellar, 1997, 2001).

As listas nominativas de habitantes a serem utilizadas aqui formam dois conjuntos expressivos e singulares em sua abrangência e simultaneidade. Para Minas Gerais, existem duas séries importantes de listas nominativas, uma para 1831-32 e outra para 1838-40. Estes conjuntos documentais foram trabalhados por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/FACE/UFMG), codificando e digitando as informações neles contidos¹⁶. Elas são resultado de tentativas de se realizarem recenseamentos gerais da província e foram organizadas sob a responsabilidade dos juizes de paz, em atendimento a solicitações do Governo Provincial. Objetivava-se com isto facilitar as deliberações da Administração Pública em áreas como tributos, divisão político-administrativa, recrutamento militar e outras.

As listas foram organizadas segundo os domicílios, com a relação nominal de todos os seus componentes. Para cada indivíduo, há

16 Este trabalho esteve a cargo da equipe coordenada pelos pesquisadores Clotilde Andrade Paiva, Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins, a quem agradeço pela cessão da base de dados. Alguns resultados obtidos com este material encontram-se em Paiva (1986), Paiva e Arnaut (1990), Paiva (1996), Rodarte (1999), Andrade (2001).

informações quanto à cor, condição social (se livre, escravo ou liberto), idade e estado civil, podendo-se identificar o sexo pelo nome das pessoas. Além disso, traz a nacionalidade, para os não brasileiros, e as ocupações, principalmente para os chefes de domicílio. As listas de 1838/1840 informam-nos, ainda, sobre a alfabetização dos indivíduos (se sabe ou não ler ou escrever).

Esta riqueza de documentação censitária na década de 1830 reflete as preocupações do governo provincial mineiro com a organização político-administrativa, já enfatizadas anteriormente. Nas décadas seguintes, outras listas nominativas e mapas de população podem ser encontrados para alguns distritos e freguesias da Província de Minas Gerais. Entretanto, são esparsas e não apresentam a riqueza das séries aqui destacadas.

Nesse momento, foram utilizadas as listas de 1831-32, por abrangerem um universo maior dentro da população mineira da época. Elas estão disponíveis para 234 dos 410 distritos de paz da província, cobrindo cerca de 57% das localidades. O banco de dados contém 381.443 habitantes, dos quais 252.014 (66,06%) são livres e 129.429 (33,94%) são escravos, correspondendo a cerca de 55% da população total da província estimada para a primeira metade da década de 1830, que era de aproximadamente 690 mil habitantes (Tabelas 1 e 2). Embora não possam ser tomadas como uma amostra no sentido estrito do termo, permitem traçar um quadro bastante rico da Minas Gerais provincial, especialmente em função da máxima desagregação permitida por seus dados.

As listas nominativas de habitantes de São Paulo fazem parte de um corpo documental mais amplo denominado de Maços de População. Essas listas de habitantes contêm um grande volume de informações sobre a população da província e a lista de 1836, a ser aqui utilizada, é o último de uma cadeia de levantamentos populacionais cujo início remonta a 1765. Nesse momento inicial, o então capitão-general da capitania de São Paulo ordenou o levantamento sistemático de todos os habitantes do território sob sua jurisdição com a finalidade principal de orientar o recrutamento militar. Essa era uma questão crucial para o governo da capitania dado o envolvimento constante dos paulistas nos conflitos que ocorriam nas fronteiras com o império espanhol. Tais levantamentos populacionais foram sendo atualizados em uma frequência quase anual, com um grau de detalhamento variável mas com uma tendência ao aumento dos quesitos informados. Como já foi dito, o ano de 1836 é o último em que o levantamento acontece em todo o território da agora província de São Paulo, embora se possa

encontrar levantamentos isolados feitos para muitos municípios em anos posteriores. Vale lembrar que a capitania, e depois província, de São Paulo incluiu o atual estado do Paraná até a década de 1850.

Entre os anos de 2000 e 2002, foi iniciada a coleta sistemática das informações contidas em tais listas nominativas de habitantes, graças ao financiamento obtido junto ao IPEA (Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República). Foi possível levantar os dados de todas as listas de 1836, embora só tenha sido possível fazer a conferência de uma parte do material. Para alguns municípios em que não se encontraram listas de 1836, foram utilizadas as listas de 1835, com o intuito de garantir a maior cobertura possível.¹⁷ As informações contidas no banco de dados são: ano; município; distrito; quarteirão; número do domicílio; número do indivíduo no domicílio; relação de parentesco ou posição do indivíduo no domicílio; sexo; raça; condição social (livre ou escravo ou forro); idade; estado conjugal; ocupação declarada; naturalidade; nome; alfabetização; título honorífico; e observações.¹⁸ Foram levantadas todas as listas de 48 municípios paulistas. O banco de dados contém 146 mil habitantes, dos quais 105.001 (71,78%) são livres e 41.292 (28,23%) são escravos, correspondendo a cerca de 51% da população total da província, que era estimada em 326 mil habitantes (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - População recenseada, Minas Gerais e São Paulo, década de 1830.

| Províncias | Ano | População Estimada (1) | População Recenseada (2) | (2)/(1) |
|--------------|-----------|------------------------|--------------------------|---------|
| Minas Gerais | 1831-1832 | 690.000 | 381.443 | 55,3 |
| São Paulo | 1836 | 326.000 | 146.293 | 44,9 |

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População; Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de População.

¹⁷ A avaliação e a discussão desses dados foi feita em Bassanezi e Bacellar (2002).

¹⁸ Esse material foi codificado e digitado por Carlos Bacellar, da USP, e Tarcísio Botelho, da PUC Minas.

Tabela 2 - População recenseada segundo a condição social: Minas Gerais e São Paulo, década de 1830.

| Províncias | Ano | Livres | | Escravos | |
|--------------|-----------|---------|------|----------|------|
| | | N | % | N | % |
| Minas Gerais | 1831-1832 | 252.014 | 66,1 | 129.429 | 33,9 |
| São Paulo | 1836 | 105.001 | 71,8 | 41.292 | 28,2 |

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População; Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de População.

Dentro do total da população recenseada, foi possível trabalhar, nesse momento, com apenas uma parcela menor. Assim, foram utilizados 235 mil registros para Minas Gerais, correspondendo a quase dois terços da população recenseada e pouco mais de um terço da população estimada. Para São Paulo, a amostra é composta por 61 mil registros, equivalentes a dois quintos da população recenseada e a menos de um quinto da população estimada (Tabela 3).

Tabela 3 - Amostra da população recenseada: Minas Gerais e São Paulo, década de 1830.

| Províncias | Ano | População Recenseada (2) | Amostra (3) | (3)/(2) | (3)/(1) |
|--------------|-----------|--------------------------|-------------|---------|---------|
| | | | | | |
| Minas Gerais | 1831-1832 | 381.443 | 235.473 | 61,7 | 34,1 |
| São Paulo | 1836 | 146.293 | 61.359 | 41,9 | 18,8 |

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População; Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de População.

A distribuição das ocupações declaradas segundo os grandes grupos da HISCO já é reveladora de alguns fatos peculiares dessa sociedade. Em primeiro lugar, a ausência de informações é extremamente elevada quando se observa a população total, recuando apenas quando se considera somente os chefes de domicílios. Esse aspecto será discutido com mais detalhe no item seguinte.

Outra singularidade que se destaca é a diferente distribuição das ocupações de cada província considerada segundo os grupos prin-

cipais da HISCO (Tableas 4, 5, 6 e 7). Em Minas Gerais, os homens se destacam no setor primário (HISCO 6), mas a mulheres (inclusive escravas) se destacam nas ocupações mais próximas ao setor secundário (HISCO 7, 8 e 9). Em São Paulo, as mulheres estão predominantemente no setor primário, assim como os escravos de ambos os sexos. Desse modo, São Paulo se apresenta como uma província mais ruralizada que Minas Gerais, refletindo, provavelmente, a herança da sociedade mineradora que se desenvolveu nessa última província ao longo do século XVIII.

Entretanto, um maior aprofundamento dessas questões só é possível de ser feito utilizando-se de uma categorização que reflita a hierarquia social. É o que faremos no item seguinte, lançando mão da HISCLASS.

Tabela 4 - HISCO, Main Groups, Total Population, Minas Gerais, 1831-32.

| Group | Free | | | | Slave | | | | Total | |
|---------|-------|------|--------|------|-------|------|--------|------|--------|-------|
| | Male | | Female | | Male | | Female | | N | % |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| 0 | 120 | 0,1 | 59 | 0,1 | 1 | 0,0 | 2 | 0,0 | 182 | 0,2 |
| 1 | 592 | 0,6 | 7 | 0,0 | 1 | 0,0 | 1 | 0,0 | 601 | 0,7 |
| 2 | 484 | 0,5 | 12 | 0,0 | 19 | 0,0 | 1 | 0,0 | 516 | 0,6 |
| 3 | 309 | 0,3 | 7 | 0,0 | 4 | 0,0 | 0 | 0,0 | 320 | 0,4 |
| 4 | 2221 | 2,4 | 334 | 0,4 | 9 | 0,0 | 12 | 0,0 | 2576 | 2,8 |
| 5 | 82 | 0,1 | 1323 | 1,4 | 368 | 0,4 | 2468 | 2,7 | 4241 | 4,6 |
| 6 | 21731 | 23,8 | 2286 | 2,5 | 9776 | 10,7 | 775 | 0,8 | 34568 | 37,9 |
| 7 | 2556 | 2,8 | 26515 | 29,0 | 1743 | 1,9 | 5098 | 5,6 | 35912 | 39,3 |
| 8 | 2851 | 3,1 | 170 | 0,2 | 512 | 0,6 | 4 | 0,0 | 3537 | 3,9 |
| 9 | 7082 | 7,8 | 140 | 0,2 | 1526 | 1,7 | 86 | 0,1 | 8834 | 9,7 |
| Total | 38028 | 41,7 | 30853 | 33,8 | 13959 | 15,3 | 8447 | 9,3 | 91287 | 100,0 |
| No Inf. | 39770 | 27,5 | 50013 | 34,5 | 33382 | 23,1 | 21637 | 14,9 | 144802 | 100,0 |

Categorias de diferenças: ocupação, "raça" e condição social no Brasil do século XIX

Tabela 5-HISCO, Main Groups, Head of Households, Minas Gerais, 1831-32.

| Group | Free | | | | Total |
|---------|-------|------|--------|------|-------|
| | Male | | Female | | |
| | N | % | N | % | |
| 0 | 72 | 0,2 | 37 | 0,1 | 109 |
| 1 | 422 | 1,3 | 2 | 0,0 | 424 |
| 2 | 139 | 0,4 | 1 | 0,0 | 140 |
| 3 | 108 | 0,3 | 5 | 0,0 | 113 |
| 4 | 1803 | 5,4 | 248 | 0,7 | 2051 |
| 5 | 41 | 0,1 | 232 | 0,7 | 273 |
| 6 | 16098 | 48,5 | 1817 | 5,5 | 17915 |
| 7 | 1459 | 4,4 | 5190 | 15,6 | 6649 |
| 8 | 1760 | 5,3 | 79 | 0,2 | 1839 |
| 9 | 3623 | 10,9 | 58 | 0,2 | 3681 |
| Total | 25525 | 76,9 | 7669 | 23,1 | 33194 |
| No Inf. | 1422 | 46,9 | 1612 | 53,1 | 3034 |

Tabela 6-HISCO, Main Groups, Total Population, São Paulo, 1836.

| Group | Free | | | | Slave | | | | Total | |
|---------|-------|------|--------|------|-------|------|--------|------|-------|-------|
| | Male | | Female | | Male | | Female | | N | % |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | | |
| 0 | 8 | 0,1 | 2 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 10 | 0,1 |
| 1 | 60 | 0,7 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 60 | 0,7 |
| 2 | 46 | 0,5 | 0 | 0,0 | 3 | 0,0 | 0 | 0,0 | 49 | 0,6 |
| 3 | 56 | 0,7 | 5 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 61 | 0,7 |
| 4 | 576 | 6,8 | 59 | 0,7 | 0 | 0,0 | 1 | 0,0 | 636 | 7,5 |
| 5 | 46 | 0,5 | 20 | 0,2 | 11 | 0,1 | 15 | 0,2 | 92 | 1,1 |
| 6 | 4610 | 54,1 | 800 | 9,4 | 367 | 4,3 | 144 | 1,7 | 5921 | 69,4 |
| 7 | 109 | 1,3 | 257 | 3,0 | 7 | 0,1 | 0 | 0,0 | 373 | 4,4 |
| 8 | 230 | 2,7 | 8 | 0,1 | 13 | 0,2 | 0 | 0,0 | 251 | 2,9 |
| 9 | 963 | 11,3 | 58 | 0,7 | 46 | 0,5 | 8 | 0,1 | 1075 | 12,6 |
| Total | 6704 | 78,6 | 1209 | 14,2 | 447 | 5,2 | 168 | 2,0 | 8528 | 100,0 |
| No Inf. | 12749 | 28,9 | 17400 | 39,5 | 8390 | 19,0 | 5549 | 12,6 | 44088 | 100,0 |

Tabela 7 - HISCO, Main Groups, Head of Households, São Paulo, 1836.

| Group | Male | | Female | | Total | |
|---------|------|------|--------|------|-------|-------|
| | N | % | N | % | N | % |
| 0 | 8 | 0,1 | 1 | 0,0 | 9 | 0,1 |
| 1 | 57 | 0,8 | 0 | 0,0 | 57 | 0,8 |
| 2 | 28 | 0,4 | 0 | 0,0 | 28 | 0,4 |
| 3 | 27 | 0,4 | 5 | 0,1 | 32 | 0,4 |
| 4 | 558 | 7,4 | 57 | 0,8 | 615 | 8,2 |
| 5 | 41 | 0,5 | 12 | 0,2 | 53 | 0,7 |
| 6 | 4533 | 60,4 | 742 | 9,9 | 5275 | 70,3 |
| 7 | 92 | 1,2 | 225 | 3,0 | 317 | 4,2 |
| 8 | 201 | 2,7 | 6 | 0,1 | 207 | 2,8 |
| 9 | 864 | 11,5 | 51 | 0,7 | 915 | 12,2 |
| Total | 6409 | 85,4 | 1099 | 14,6 | 7508 | 100,0 |
| No Inf. | 993 | 62,7 | 590 | 37,3 | 1583 | 100,0 |

6 Ocupação e hierarquia social em uma sociedade pós-colonial

Deve-se discutir, em primeiro lugar, a ausência de informações sobre a ocupação da maior parcela dos habitantes recenseados nas províncias. Assim, para cerca de três quintos da amostra de Minas Gerais e para quase três quartos da amostra de São Paulo, não há o registro da ocupação nas listas nominativas de habitantes (Tabela 8). Essa ausência de informações, contudo, é muito seletiva, como pretendemos explorar adiante. Um primeiro aspecto dessa seletividade em registrar a ocupação dos indivíduos fica claro quando olhamos apenas para os chefes de domicílios. Para Minas Gerais, por exemplo, a ausência de informação reduz-se de 56% na população total para 8,6% dos chefes de domicílios (Tabelas 7 e 9). De todo modo, ela já indica que a ocupação não é uma forma universal de categorizar os habitantes do Brasil do século XIX, e sim uma forma de diferenciar uma parcela específica da população.

Categorias de diferenças: ocupação, "raça" e condição social no Brasil do século XIX

Tabela 8 - Ausência de informação sobre ocupação: Minas Gerais e São Paulo, década de 1830.

| Províncias | Ano | Amostra (3) | Ausência de Informação (4) | (4)/(3) |
|--------------|-----------|-------------|----------------------------|---------|
| Minas Gerais | 1831-1832 | 235.473 | 144.482 | 61,4 |
| São Paulo | 1836 | 61.359 | 44.273 | 72,2 |

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População; Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de População.

Em vista disso, a análise se concentrará nas declarações de ocupação dos chefes de domicílios das duas províncias. Em ambas, conforme observado em todas as sociedades tradicionais, predominavam as atividades ligadas à agricultura. Em São Paulo, 61% dos chefes de domicílios eram agricultores, enquanto em Minas Gerais esse valor era de 53% (Tabelas 9 e 10). Entretanto, por trás dessa semelhança escondem-se algumas singularidades próprias de cada província. A principal delas era a presença maior de ocupações de supervisores e trabalhadores especializados (Hisclass 6 + 7) em Minas Gerais. Associando-se a isso o grupo de mulheres trabalhadoras não-especializadas (Hisclass 11), essa característica parece ser um reflexo da presença importante de artesãos e da indústria têxtil doméstica desde o período de auge da mineração aurífera.¹⁹ Também deve-se destacar a maior presença de profissionais e administradores de alto nível em Minas Gerais, que também reflete a continuidade de uma máquina estatal mais sofisticada, além de uma presença significativa de profissionais com formação universitária. Essas duas características regionais podem ser pensadas também como heranças do período colonial, já que durante o século XVIII Minas Gerais contribuiu com a maior parte das matrículas de brasileiros na Universidade de Coimbra.²⁰

19 Sobre a proto-industrialização em Minas Gerais e suas ligações com o período minerador, ver Libby (1988, 1991, 1997).

20 Em relação a esse último aspecto, ver Valadares (2004).

Tabela 9 - HISCLASS, Classes Principais, Chefes de Domicílios, São Paulo, 1836.

| HISCLASS | Sexo | | | | Total | |
|----------|------|------|------|------|-------|------|
| | Masc | | Fem | | % | N |
| | % | N | % | N | | |
| 1+2 | 0,7 | 60 | 0,0 | 0 | 0,7 | 60 |
| 3+4+5 | 8,2 | 699 | 0,7 | 63 | 8,9 | 762 |
| 6+7 | 4,9 | 415 | 2,9 | 245 | 7,7 | 660 |
| 8 | 52,0 | 4440 | 9,2 | 787 | 61,2 | 5227 |
| 9 | 11,3 | 965 | 1,1 | 97 | 12,4 | 1062 |
| 11 | 0,4 | 36 | 0,3 | 28 | 0,7 | 64 |
| 10+12 | 6,4 | 545 | 1,9 | 163 | 8,3 | 708 |
| Total | 83,8 | 7160 | 16,2 | 1383 | 100,0 | 8543 |

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de População.

Tabela 10 - HISCLASS, Classes Principais, Chefes de Domicílios: Minas Gerais, 1831-32.

| HISCLASS | Sexo | | | | Total | |
|----------|------|-------|------|------|-------|-------|
| | Masc | | Fem | | % | N |
| | % | N | % | N | | |
| 1+2 | 1,3 | 415 | 0,0 | 2 | 1,3 | 417 |
| 3+4+5 | 6,4 | 2124 | 0,8 | 266 | 7,2 | 2390 |
| 6+7 | 10,7 | 3530 | 3,3 | 1079 | 13,9 | 4609 |
| 8 | 47,7 | 15806 | 5,4 | 1789 | 53,1 | 17595 |
| 9 | 9,9 | 3286 | 2,4 | 787 | 12,3 | 4073 |
| 11 | 0,2 | 56 | 11,2 | 3706 | 11,4 | 3762 |
| 10+12 | 0,8 | 264 | 0,1 | 19 | 0,9 | 283 |
| Total | 76,9 | 25481 | 23,1 | 7648 | 100,0 | 33129 |

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População.

Como referenciado acima, a ocupação se apresentava nesse período muito mais como uma forma de diferenciar os indivíduos do que de classificá-los. Em outras palavras, declarar a ocupação produzia muito mais o efeito de destacar aqueles que poderiam exibir tal atributo do que inserir todos os indivíduos em uma escala de status social. Para esse último aspecto, outras características eram invocadas como mais apropriadas. Pretendo chamar a atenção para dois atributos que

Categorias de diferenças: ocupação, "raça" e condição social no Brasil do século XIX

considero centrais nos esforços de produzir classificações na sociedade da época. Condição social e cor/raça eram atributos muito mais definidores de lugar social, especialmente a partir da combinação entre ambos. O caso de Minas Gerais será tomado a seguir como exemplo dessa discussão (Tabelas 11 e 12). Quando olhamos a distribuição de todos aqueles que declaram a ocupação segundo a HISCLASS, observamos que os escravos apresentavam uma ausência de informações significativamente superior aos livres. Por outro lado, as mulheres tendiam a ter uma melhor declaração de ocupação entre os escravos do que entre os livres. Em relação aos escravos, deve-se dizer da ausência de informações na categoria de administradores de alto nível (Hisclass 1 + 2), por razões óbvias, já que essa categoria englobava a parcela dominante da população. Em relação a livres e escravos, deve-se destacar a presença de trabalhadores de baixa especialização (Hisclass 9) e trabalhadores não-especializados (Hisclass 11).²¹ Mais uma vez, ao lado da herança do período minerador colonial, deve-se destacar que isso significava produzir uma diferenciação entre uma massa de escravos para os quais não se reconhecia outra classificação que a de meros “trabalhadores”.

21 A categoria de fazendeiros (Hisclass 8), para os escravos, deve ser somada à de trabalhadores agrícolas (Hisclass 10 + 12), já que não se reconhecia a existência de propriedade entre escravos.

Tabela 11 - População livre segundo raça e sexo, Minas Gerais, 1831-1832 (%).

| HISCLASS | Branco | | Almeirão | | Crioulo | | Pardo | | TOTAL (%) | TOTAL N |
|-----------|--------|--------|----------|--------|---------|--------|-------|--------|-----------|---------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | | |
| 1 + 2 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,3 | 531 |
| 3 + 4 + 5 | 1,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,8 | 0,1 | 2,2 | 3508 |
| 6 + 7 | 0,8 | 1,7 | 0,0 | 0,0 | 0,5 | 0,5 | 2,5 | 2,5 | 7,9 | 12524 |
| 8 | 7,1 | 0,8 | 0,2 | 0,0 | 0,6 | 0,1 | 5,5 | 0,5 | 14,8 | 23377 |
| 9 | 0,9 | 0,6 | 0,2 | 0,0 | 0,9 | 0,3 | 2,1 | 0,8 | 5,9 | 9416 |
| 11 | 0,0 | 3,3 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 1,9 | 0,1 | 6,4 | 11,9 | 18774 |
| 10 + 12 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,4 | 572 |
| No. Ind. | 11,4 | 14,6 | 0,2 | 0,3 | 1,7 | 2,3 | 11,4 | 13,9 | 56,6 | 89616 |
| Total | 21,7 | 21,1 | 0,7 | 0,6 | 3,8 | 4,9 | 22,4 | 24,0 | 100,0 | 158518 |

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População.

Tabela 12 População escrava segundo raça e sexo, Minas Gerais, 1831-1832.

| HISCLASS | Africano | | Crimulo | | Pardo | | Sem Informação | | TOTAL (%) | TOTAL N |
|----------|----------|--------|---------|--------|-------|--------|----------------|--------|-----------|---------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | | |
| 1 + 2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1 |
| 3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 33 |
| 6 + 7 | 0,5 | 1,5 | 0,6 | 1,8 | 0,4 | 0,5 | 0,0 | 0,0 | 5,2 | 3975 |
| 8 | 7,5 | 0,3 | 3,8 | 0,6 | 0,7 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 13,2 | 10054 |
| 9 | 2,5 | 0,4 | 1,1 | 0,6 | 0,2 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 4,8 | 3712 |
| 11 | 0,1 | 1,5 | 0,1 | 2,9 | 0,0 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 5,3 | 4052 |
| 10 + 12 | 0,3 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,6 | 462 |
| Não Ind. | 22,1 | 7,9 | 17,1 | 16,5 | 3,9 | 3,6 | 0,0 | 0,0 | 71,1 | 54866 |
| Total | 32,8 | 11,4 | 22,8 | 22,4 | 5,4 | 5,0 | 0,0 | 0,1 | 100,0 | 77155 |

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População.

Finalmente, a observação do que acontece com a classificação por cor/raça permite acrescentar novos elementos a esse quadro. Para tanto, me deterei na análise dos chefes de domicílios, a fim de evitar os efeitos da seletividade da ausência de informações (Tabela 13). Em primeiro lugar, deve-se destacar que a categoria de profissionais e administradores de alto nível (Hisclass 1 + 2) era reservada a brancos e, em menor grau, a pardos (obviamente, todos homens). Mesmo na categoria de profissionais e administradores de baixo nível, gerentes e vendedores (Hisclass 3 + 4 + 5), a presença de brancos era muito forte, embora houvesse uma significativa participação de livres; nesse caso, as mulheres já apareciam com uma pequena participação. Fato semelhante acontecia com a categoria de supervisores e trabalhadores especializados (Hisclass 6 + 7), embora nesse caso os crioulos comessem a marcar sua presença. Os agricultores, com sempre, formavam o maior contingente em todas as categorias de cor/raça, à exceção dos crioulos. Nesse caso, eles eram predominantemente trabalhadores de baixa especialização (Hisclass 9); e nessa categoria também se destacavam brancos e pardos. Entre os trabalhadores não-especializados (Hisclass 11), destacavam-se as mulheres, dada a presença significativa do serviço doméstico e do artesanato têxtil; elas sempre estão à frente dos homens em cada uma das categorias de cor/raça. Os trabalhadores agrícolas (Hisclass 10 + 12), por sua vez, apresentavam-se com a menor frequência entre todas as categorias: apenas 0,8% do total de chefes de domicílios, uma participação inferior até mesmo à dos profissionais e administradores de alto nível (Hisclass 1 + 2).²²

22 Essa baixa presença de trabalhadores agrícolas chefiando domicílios em uma sociedade baseada sobretudo na agricultura é uma contradição apenas aparente. Na verdade, a maior parcela do trabalho agrícola permanente era exercido por escravos. O livre engajava-se apenas ocasionalmente ao trabalho agrícola desempenhado em outra propriedade. A existência de terra livre em abundância sustentava esse comportamento, que era a contraface do trabalho escravo. Em outras palavras, a possibilidade de obter seu sustento do acesso (ainda que precário) à terra fazia com que poucos dentre os livres se vissem como trabalhadores agrícolas. Por outro lado, era essa mesma realidade que gerava a necessidade de se continuar recorrendo ao trabalho cativo, mesmo em uma sociedade que já não mais se baseava em uma economia voltada plenamente para o setor externo. Sobre essa peculiaridade da escravidão em Minas Gerais no século XIX, ver Martins e Martins Filho (1983), Slenes (1985), Libby (1988), Paiva (1996) e Begard (1999), dentre outros.

Tabela 13 Chefes de domicílios segundo raça e sexo, Minas Gerais, 1831-1832.

| HISCLASS | Branco | | Africano | | Cebado | | Pardo | | TOTAL (%) | TOTAL N |
|----------|--------|--------|----------|--------|--------|--------|-------|--------|-----------|---------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | | |
| 1 1 2 | 0,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 1,2 | 417 |
| 3 4 1 5 | 3,1 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 2,4 | 0,4 | 6,6 | 2390 |
| 6 1 7 | 2,4 | 1,0 | 0,1 | 0,0 | 1,2 | 0,3 | 6,0 | 1,7 | 12,7 | 4609 |
| 8 | 24,7 | 2,8 | 0,6 | 0,1 | 1,6 | 0,3 | 16,7 | 1,8 | 46,5 | 17595 |
| 9 | 2,1 | 0,5 | 0,5 | 0,1 | 1,9 | 0,5 | 4,5 | 1,1 | 11,2 | 4073 |
| 11 | 0,1 | 1,8 | 0,0 | 0,3 | 0,0 | 2,4 | 0,1 | 5,6 | 10,4 | 3762 |
| 13 12 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,3 | 0,0 | 0,8 | 283 |
| Não Ind. | 1,3 | 1,1 | 0,2 | 0,2 | 0,4 | 0,8 | 2,0 | 2,3 | 8,6 | 3129 |
| Total | 34,8 | 7,6 | 1,5 | 0,7 | 5,5 | 4,4 | 32,2 | 12,9 | 100,0 | 36258 |

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População.

Portanto, o que se deseja argumentar é que para estudar estratificação social e mobilidade social em contextos coloniais e pós-coloniais, devem ser observadas outras dimensões simbólicas na produção de hierarquias sociais. Para a realidade europeia, a ocupação é a grande variável definidora da posição social dos indivíduos. Essa variável também é importante para os países submetidos à colonização europeia, mas é evidente a sua insuficiência. Nesses locais, a recriação de novas relações de trabalho e de novos laços de dependência entre colonizadores, população nativa e população diaspórica deu origem a formas mais sutis e diversificadas de conformação dos status e das posições sociais. Para o caso latino-americano, a origem étnica e/ou raça é um descritor fundamental das relações sociais. Para alguns países (notadamente o Brasil), deve-se acrescentar a isso a condição social, considerando-se o indivíduo livre, escravo ou submetido a outras relações de dependência formal.

Bibliografia

- ANDER-PECIVA, S. Construction of longitudinal databases: for flexibility, transparency and longevity. International Commission for Historical Demography, Sidney, 2005.
- ARRIZABALAGA, M.-P. Pyrenean marriage strategies in the nineteenth century: the French Basque case. *International Review of Social History*, v. 50, suplement 13, p. 93-122, 2005.
- BOTELHO, T. R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: USP, 1998 (Tese de Doutorado – História Social).
- BOTELHO, T. R., LEEUWEN, M. H. D., MAAS, I., MILES, A. HISCO (Historical International Standard Codification of Occupation): construindo uma codificação de ocupações para o passado brasileiro. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: desafios e oportunidades do crescimento zero. Campinas : ABEP, 2006.
- BOTELHO, T. R., LEEUWEN, M. H. D., MAAS, I. Desigualdade social no Brasil da primeira metade do século XIX: Minas Gerais e São Paulo em perspectiva comparada. Paper apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo.
- BOUCHARD, G. *Tous le métiers du monde: le traitement des données professionnelles en histoire sociale*. Québec: Presses de l'Université Laval, 1996.
- BRAS, H., KOK, J. "They live in indifference together": marriage mobility in Zeeland, The Netherlands, 1796-1922. *International Review of Social History*, v. 50, suplement 13, p. 247-274, 2005.

BULL, H. H. Deciding whom to marry in a rural two-class society: social homogamy and constraints in the marriage market in Rendalen, Norway, 1750-1900. *International Review of Social History*, v. 50, suplement 13, p. 43-63, 2005.

CASTRO, J. F. M., SANTOS, M. M. D., COSTA, A. G., MENEZES, P. M. L. Visualização cartográfica dos mapas de Minas Gerais do Setecentos e Oitocentos: em destaque as bases urbanas. Anais do VI Seminário Latino-Americano de Qualidade de Vida Urbana e V Seminário Internacional de Estudos Urbanos. Belo Horizonte, PPGG-TIE, PUCMinas, 2006.

DILLON, L., MANDEMAKERS, K. Best practices with large databases on historical populations. *Historical Methods*. V. 37, n .1, p. 34-38, winter 2004.

DRIBE, M., LUNDH, C. Finding the righth partner: rural homogamy in nineteenth-century Sweden. *International Review of Social History*, v. 50, suplement 13, p. 149-177, 2005.

ERIKSON, R., GOLDTHORPE, J. H. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

FERES JR., João. Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vo. 21, n. 61, jun. 2006, p. 163-176.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. Classes sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970-1995): Sociologia*. São Paulo: Sumaré, ANPOCS, 1999. v. 2. p. 13-56.

HALL, P. K., McCAA, R., THORVALDSEN, G. (orgs.). *Handbook of International Historical Microdata for population research*. Minneapolis: IMAG International, 2000.

HASENBALG, C. A., SILVA, N. V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HASENBALG, C. A., SILVA, N. V. (org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, IUPERJ/IUCAM, FAPERJ, 2003.

HOLT, K. Marriage choice in a plantation society: Bahia, Brazil. *International Review of Social History*, v. 50, suplement 13, p. 25-41, 2005.

JUSTINO, P., LITCHFIELD, J., WHITEHEAD, L. *The impact of inequality in Latin America*. Brighton: University of Sussex, 2003. (PRUS Working Paper No. 21)

LEEUWEN, M. H. D. van, MAAS, I. *HISCLASS*. Paper presented at the 5th European Social Science History Conference, Berlin, 24-27 March 2004.

LEEUWEN, M. H. D. van, MAAS, I. Social mobility in a Dutch province, Utrecht 1850-1940. *Journal of Social History*, spring 1997, p. 619-644.

LEEUWEN, M. H. D. van, MAAS, I., MILES, A. *HISCO: Historical International Standard Classification of Occupations*. Leuven: 2002.

LEEUWEN, M. H. D. van, MAAS, I., MILES, A. Creating an Historical International Standard Classification of Occupations (HISCO): an exercise in multi-national interdisciplinary co-operation. *Historical Methods*, v. 37, p. 186-197, 2004.

LIBBY, D. C. Proto-industrialisation in a slave society: the case of Minas Gerais. *Journal of Latin American Studies*, London, v. 23, n. 1, p. 1-35, 1991.

LIBBY, D. C. . Reconsidering textile production in late colonial Brazil: New evidence from Minas Gerais. *Latin American Research Review*, v. 32, p. 88-108, 1997.

LIBBY, D. C. . *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAAS, I., LEEUWEN, M. H. D. van. Total and relative endogamy by social origin: a first international comparison of changes in marriage choices during the nineteenth century. *International Review of Social History*, v. 50, suplement 13, p. 275-295, 2005.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Esdusp, 1979.

SANTOS, J. T. dos. De armadilhas, convicções e dissensões: as relações raciais como efeito Orloff. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 1, p. 167-187, 2002.

SCALON, C., RIBEIRO, C. A. C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 53-96, 2001.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ/UCAM, 1999.

SCALON, M. C. (org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

SCHUMACHER, R., LORENZETTI, L. "We have no proletariat": social stratification and occupational homogamy in industrial Switzerland, Winterthur, 1909;10-1928. *International Review of Social History*, v. 50, suplement 13, p. 65-91, 2005.

SILVA, N. V. Mobilidade social. In: MICELI, S. (org.). *O que ler ciência social brasileira (1970-1995)*. *Sociologia (VolumelI)*. São Paulo: ANPOCS, Sumaré, CAPES, 1999a. p. 57-94.

SILVA, N. V. Vinte e três anos de mobilidade social no Brasil. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 4, p. 181-211, 1999b.

SINGER, P. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Jessé (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

VALADARES, Virginia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004.

VAN DE PUTTE, B., ORIS, M., NEVEN, M. MATTHIJS, K. Migration, occupational identity, and societal openness in nineteenth-century Belgium. *International Review of Social History*, v. 50, suplement 13, p. 179-218, 2005.

WILLIAMS, John Hoyt. Observations on the Paraguayan Census of 1846. *Hispanic American Historical Review*. Vol 56 n° 3 (Aug., 1976): 424-437.